

SUMÁRIO

1. Por que Maria da Penha?	17
2. O ciclo da violência	21
2.1. Estereótipos de gênero	21
2.2. O perverso ciclo da violência	24
3. Um olhar no tempo	33
3.1. No passado	33
3.2. Um novo tempo	36
3.3. Sem mais tempo	38
4. Tratados internacionais	47
4.1. Compromissos internacionais	47
4.1.1. Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW)	48
4.1.2. Declaração sobre a Eliminação da Violência contra a Mulher	50
4.2. A força dos tratados	52
5. Uma violação aos Direitos Humanos	55
5.1. O direito desdobrado em gerações	55
5.2. A violência contra a mulher	57
6. Questões constitucionais	65
6.1. Uma lei constitucional	65

6.2.	Constitucionalismo feminista	69
7.	Conceito e âmbito de incidência	73
7.1.	Violência doméstica e violência de gênero	73
7.2.	Tipificação fora do âmbito do direito penal	77
7.3.	Família	80
7.4.	Relação íntima de afeto	82
7.5.	Unidade doméstica	83
7.6.	União homoafetivas	84
7.7.	Namoro	86
7.8.	Violência contra a mulher baseada no gênero	86
8.	Formas da violência	89
8.1.	A violência contra a mulher em suas diversas formas	89
8.1.1.	Violência física	93
8.1.2.	Violência psicológica	98
8.1.3.	Violência sexual	104
8.1.4.	Violência patrimonial	114
8.1.5.	Violência moral	119
8.1.6.	Violência vicária	121
9.	Os atores da violência	123
9.1.	A abrangência da Lei	123
9.2.	Os atores da violência	125
9.3.	Sujeito ativo	127
9.4.	Sujeito passivo	130
10.	Violência e suas penas	137
10.1.	O que mudou	137

10.2.	Reflexos nas relações familiares	140
10.3.	Código penal	142
10.3.1.	Feminicídio	145
10.3.2.	Lesão corporal	146
10.3.3.	Calúnia, injúria e difamação	148
10.3.4.	Ameaça	149
10.3.5.	Dano	149
10.3.6.	Vias de fato	150
10.4.	Lei dos Crimes Hediondos	150
10.5.	Código de Processo Penal	151
10.6.	Lei de Execução Penal	152
10.7.	Estatuto da Criança e do Adolescente	153
10.8.	Prisão preventiva	154
10.9.	Monitoramento eletrônico	157
10.10.	Crime continuado	159
10.11.	Comparecimento a programa de recuperação e reeducação E acompanhamento psicossocial	160
10.12.	Cesta básica	164
10.13.	Sursis	166
11.	Feminicídio e vicaricídio	167
11.1.	Crimes contra a vida	167
11.2.	Feminicídio	171
11.2.1.	Tipificação	173
11.2.2.	Legítima defesa da honra	174
11.2.3.	Competência	176
11.3.	Vicaricídio	177
11.4.	Pensão especial	178
12.	Retratação, desistência ou renúncia?	181

12.1.	Algumas definições	181
12.2.	Representação e renúncia na Lei dos Juizados Especiais	184
12.3.	Representação e renúncia na Lei Maria da Penha	184
13.	Delitos sujeitos à queixa ou representação	189
14.	Competência	195
14.1.	Definição da competência	195
14.2.	Competência da Justiça Federal	198
14.3.	Competência de juízo	199
14.4.	Competência funcional	201
14.5.	Competência por prerrogativa de função	202
14.6.	Competência <i>ratione personae</i>	203
14.7.	Competência dos Juizados da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (JVDFM) e das Varas Criminais	211
14.7.1.	Juízo da execução	213
14.7.2.	Competência recursal	215
14.8.	Competência dos juízos de família	216
14.9.	Competência do júri	217
14.10.	Foro de eleição	218
15.	Medidas protetivas de urgência	221
15.1.	Tutela de urgência	221
15.2.	Natureza jurídica	226
15.3.	Aspectos processuais	229
15.3.1.	Competência	234
15.3.2.	Prazo	235
15.4.	Medidas que obrigam o agressor	237

15.4.1.	Limitação ao uso de arma de fogo	238
15.4.2.	Afastamento do lar e proibição de contato	240
15.4.3.	Restrição de contato com os filhos	244
15.4.4.	Obrigações alimentar	246
15.4.5.	Monitoramento eletrônico	249
15.4.6.	Frequência a programas de recuperação e reeducação e acompanhamento psicossocial	251
15.4.7.	Proibição de acesso a cargos públicos	253
15.4.8.	Proibição de exercício de certas atividades	254
15.5.	Medidas que protegem a vítima	255
15.5.1.	Medidas de natureza patrimonial	258
15.6.	Execução das medidas protetivas	263
15.7.	Descumprimento das medidas protetivas	265
16.	Garantia do trabalho	269
16.1.	Natureza jurídica	269
16.2.	No serviço público	272
16.3.	Na iniciativa privada	274
17.	O papel do Ministério Público	279
17.1.	Atuação	279
17.2.	Banco de dados	284
17.3.	Atribuições	285
18.	Providências policiais	289
18.1.	Para onde se dirigir	292
18.2.	Escuta da vítima	293
18.3.	Registro da ocorrência	294

18.4.	Fato atípico	296
18.5.	Representação	296
18.6.	Encaminhamento da medida protetiva a juízo	298
18.7.	Prisão em flagrante	299
18.8.	Penas restritivas de direito	300
18.9.	Acordo de não persecução penal	300
18.10.	Fiança	300
18.11.	Prisão preventiva	301
18.12.	Inquérito policial	303
18.13.	Identificação criminal	305
19.	Procedimento judicial	307
19.1.	Delimitação da Competência	307
19.2.	No âmbito dos Juizados da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (JVDFM)	313
19.3.	No âmbito das Varas Criminais	316
19.4.	Ações cíveis	319
19.5.	Ações criminais	321
	19.5.1. Audiência de custódia	326
	19.5.2. Indenização por danos	327
19.6.	Recursos	330
19.7.	Procedimento	332
	19.7.1. Provas	333
19.8.	Medidas Protetivas de urgência	336
	19.8.1. Prazo de vigência	342
	19.8.2. Audiência de acolhimento e verificação	344
19.9.	Retratação à representação	347
19.10.	Feminicídio	349
20.	Políticas públicas	351

20.1.	Previsões legais	351
20.1.1.	Lei Maria da Penha	352
20.2.	Legislação extravagante	358
20.3.	Conselho Nacional de Justiça	363

ANEXOS

Súmulas, Teses e Enunciados	371
Supremo Tribunal Federal	371
Teses:	371
Conselho Nacional de Justiça	373
Superior Tribunal de Justiça	373
Teses:	373
Súmulas	376
Jurisprudência em tese	377
Edição 41	377
Edição 231	379
Enunciados	381
Fórum Nacional de JuízAs e juízes da Violência Doméstica (FONAVID)	381
Comissão Permanente de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (COPEVID) do Conselho Nacional de Procuradores-gerais de Justiça dos Ministérios Públicos dos Estados e da União	395
IBDFAM – Instituto Brasileiro de Direito de Família...	405
Referências bibliográficas	407
Obras da Autora	420
Coordenação de obras coletivas	421